



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario N. 11, Vol. 1 (2017)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy
Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

O estágio em Filosofia no Cepae/UFG: o ensino e a pesquisa na formação de alunos da licenciatura em Filosofia na UFG

Evandson Paiva Ferreira¹

Resumo

O tema da formação de professores nas licenciaturas é por si só um campo profícuo de debate e pesquisa, dado o desafio de preparar profissionais para trabalharem numa área cujas políticas públicas têm negligenciado sua importância na constituição de um espaço público qualificado, vital numa sociedade democrática. Neste trabalho, destaco a experiência desenvolvida no Estágio Curricular do curso de Filosofia (Fafil/UFG) no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae/UFG), discutindo o modo como cada estagiário constrói seu objeto de pesquisa e como vive a escola-campo na sua integralidade,

¹ Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás, com estágio na Université Saint-Louis, de Bruxelas. Professor-Adjunto de Filosofia no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (Cepae/UFG), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica. E-mail: evandsonpaivaferreira@gmail.com

conhecendo e interrogando todo o conjunto do processo de formação na educação básica. Desse modo, apresento aqui o itinerário de três projetos, que problematizam os seguintes aspectos do ensino da Filosofia: o que ensinar, qual a condição docente na educação básica e qual o sentido da formação dos educandos no Ensino Médio.

Palavras-chave: ensino, pesquisa, formação de professores, filosofia da educação.

Resumen

El tema de la formación de profesores en las licenciaturas es por si sólo un campo proficuo de debate e investigación, dado el desafío de preparar profesionales para trabajar en un área cuyas políticas han negligenciado su importancia en la constitución de un espacio público calificado, vital en una sociedad democrática. En este trabajo, destaco la experiencia desarrollada en la Pasantía del curso de Filosofía (Fafil/UFG) en el Centro de Enseñanza e Investigación Aplicada a la Educación (Cepae/UFG), discutiendo el modo como cada pasante construye su objeto de investigación y como vive la escuela-campo en su integralidad, conociendo e interrogando todo el conjunto del proceso de formación en la educación básica. De ese modo, presento aquí el itinerario de tres proyectos, que problematizan los siguientes aspectos de la enseñanza de Filosofía: qué enseñar, cuál la condición docente en la educación básica y cuál el sentido de la formación de los educandos en la Enseñanza Secundaria.

Palabras clave: enseñanza, investigación, formación de profesores, filosofía de la educación.

A discussão sobre a formação dos professores de Filosofia é inseparável da situação mesma que esta disciplina vive no interior da instituição escolar. Excluída da matriz curricular na década de 1970, foi reconquistando seu espaço a partir dos anos 1980, até seu retorno como disciplina optativa nos anos 1990, e, por fim, como disciplina obrigatória em 2008, e agora, com a última reforma do ensino

médio, volta a ser uma disciplina não obrigatória. Ocorre que nas três décadas em que permaneceu fora da matriz curricular obrigatória, a escola, as políticas educacionais e a discussão sobre os processos de formação de professores sofreram mudanças significativas (Rodrigo, 2009: 8-12).

Primeiramente, o acesso à escola básica foi universalizado. De um modelo de escola pública reservado a um grupo de alunos vindos das classes sociais mais privilegiadas materialmente, com um razoável capital cultural – o que garantia uma boa reputação à escola pública – vamos para uma escola que passou a receber um grupo social mais heterogêneo, vindos de grupos sociais em que a educação formal e a cultura escolar eram novidades. Claro que não podemos imputar à chegada dos mais pobres a responsabilidade pela perda da qualidade da educação escolar pública. Ocorre que este fenômeno se deu em conjunto com uma política pública de expansão das vagas sem a devida preocupação com a necessidade de pensar a formação vinculada às novas necessidades que se exigiam da escola.

No retorno da Filosofia à educação básica, a disciplina encontra uma escola pública “sucateada”, a profissão docente desvalorizada política e economicamente. Contudo, a maior dificuldade criada pela ausência da Filosofia na educação básica talvez tenha sido o pouco desenvolvimento do campo de pesquisa sobre o ensino da Filosofia. E ainda que este tenha se desenvolvido nas últimas duas décadas, chama a atenção a concentração dessas pesquisas na área da Educação e ainda muito tímida nas Faculdades de Filosofia. Tal situação demonstra, todavia, a dicotomia persistente na formação dos estudantes de Filosofia entre o bacharelado e a licenciatura.

Quem trabalha com o estágio nos cursos de formação de professores de Filosofia têm de lidar com o peso dessa história: uma escola cada vez mais reduzida a um caráter instrumental, um grupo discente e docente que não reconhece o sentido do ensinar e do aprender, e a situação problemática da relação entre a universidade e a escola básica, muitas vezes baseada numa relação de desconfiança e de pouca abertura para o diálogo e cooperação.

Nesse sentido, procuro apresentar uma experiência desenvolvida no Estágio em Filosofia na Faculdade de Filosofia e no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, da Universidade Federal de Goiás. Também em nossa instituição temos enfrentado todas as dificuldades inerentes ao processo de formação de professores, assim como situações que passaram a fazer parte do “senso comum” sobre a formação.

O primeiro deles é certamente a divisão hierárquica entre o bacharelado e a licenciatura, ou, como dizem, entre os que pesquisam e os que ensinam. Uma hierarquia que nos remete à segunda dificuldade, que é o modo como isso também invade e influencia a concepção de nossos graduandos sobre o que é o saber, o pesquisar e a formação. Enfim, criam uma representação sobre o que valorizar, fazendo com que exista entre eles também esta hierarquia.

Para lidar com tal situação, o primeiro passo é problematizar sobre o lugar da pesquisa dentro de um curso superior, se ela é exclusividade do bacharelado ou se é inerente a um curso superior. Radicalizando a questão, somos levados mesmo a interrogar se também lá na educação básica não seria papel do professor ser um pesquisador, a seu modo, e dentro de suas condições, sobre a prática escolar. Portanto, desde o início do Estágio, procuramos desconstruir a hierarquia vigente entre o pesquisar e o ensinar, na medida em que mostramos que é possível vincular a pesquisa ao ensino na educação básica, que há, e não se pode ignorar esta especificidade, um “saber escolar”, um “mundo escolar”, e um campo do ensino da Filosofia que pode e deve ser pensado didaticamente e filosoficamente.

O professor pode, efetivamente, ser um pesquisador, mas não é prioritariamente nesse âmbito que se define sua identidade docente. A função que lhe é própria não reside em ser produtor de um discurso filosófico original, embora ele também possa sê-lo, mas sim na competência para converter a filosofia em saber ensinável. Para tanto, o professor não pode limitar-se a reproduzir o discurso do especialista, nem igualar-se a ele ou ocupar o seu lugar, mas elaborar uma modalidade de saber que não é produzida pelo pesquisador acadêmico: o saber didático-filosófico, ou seja, aquele que institui mediações capazes de possibilitar que a filosofia seja um saber ensinável. Desse modo, ele deixa de ser mera caixa de ressonância de um conhecimento filosófico já consolidado, para ser o produtor de uma forma própria e específica de discurso” (Rodrigo, 2009: 70)

Outro aspecto que gostaria de destacar nessa relação que estamos construindo entre a licenciatura em Filosofia e a educação básica é o fato de termos uma unidade de educação básica dentro da universidade (antigo Colégio de Aplicação). Não se trata de um colégio onde a graduação vai aplicar as teorias educacionais, mas um espaço acadêmico de pesquisa sobre a educação escolar básica. O aluno de filosofia encontra na própria universidade uma escola que é um centro de pesquisa em educação, campo de estágio e de formação de professores também em nível *Stricto Sensu*. Assim, não é a universidade que vai à escola, mas a universidade que traz para seu interior a preocupação com o ensino na educação básica.

O estágio em Filosofia se propõe, desse modo, oferecer ao licenciando uma formação de pesquisador de sua prática. A sua atividade de pesquisa tem como ponto de partida uma pergunta. Com ela, o estagiário “ocupa” a escola, passa a fazer parte do seu cotidiano, tendo na sua pergunta o direcionamento para interrogar o contexto da instituição, seus docentes e discentes, sua estrutura física, a organização do espaço, e a relação de tudo isso com a razão de ser de sua existência: a formação escolar. Nesse sentido, queremos que cada estagiário construa não só um projeto, mas uma trajetória significativa na escola, compreendendo o estágio não apenas como uma atividade prática, mas sobretudo uma atividade teórica vinculada visceralmente à prática. Desse modo, vamos ao encontro do que diz Pimenta & Silva (2012: 45), sobre o objetivo de um estágio:

... o estágio (...) não é uma atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade. Nesse sentido, o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto da práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá.

A pesquisa de cada estagiário é orientada ou por um professor da Faculdade de Filosofia ou por um professor do Cepae, sendo desenvolvida ao longo dos 2 anos de estágio, com apresentação semestral do relatório das atividades. Deixando-se interrogar pela sua pergunta, também o estagiário irá interrogar aquele “mundo escolar”, de modo a pensar filosoficamente a realidade escolar, interrogando seus sentidos, seus modelos de formação, suas

deformações, mas sobretudo, vincular toda essa reflexão com o ensinar a Filosofia. Nossa preocupação é fazer com que o estagiário seja capaz de pensar a escola, e a Filosofia nesta escola, rompendo com uma visão fragmentada do ensinar, que muitas vezes vê a disciplina Filosofia, mas não vê o contexto, o mundo fragmentado em que ela está inserida. Ter visão de conjunto tem sido um objetivo almejado pelo nosso projeto. Ao longo dos dois anos de estágio, o aluno descobre a “escola real”, objeto de pensamento, rompendo com estereótipos ou lembranças afetivas de sua experiência pessoal nessa instituição; começa a perceber e a construir uma identidade profissional, conhecendo mais de perto as dificuldades que envolvem esta profissão no Brasil; descobre as implicações das políticas públicas sobre os processos de formação; convive com os alunos da educação básica, partilhando de seus dilemas, de seu mundo, de sua cultura; avalia a possibilidade de pôr em prática ou não aquilo que se aprende na teoria; pensa o lugar da Filosofia na formação de adolescentes; e, fundamentalmente, faz do estágio uma experiência de formação e não apenas uma atividade de “descrição da realidade escolar” (Pimenta & Silva: 106-107). Ao entrar na sala de aula, para sua intervenção ou para a regência, o estagiário tem compreensão da educação como um processo amplo, cujas implicações éticas, políticas e epistemológicas vão além da escolha de conteúdo ou da metodologia. O que implica um pensar radical sobre o que é o educar, o ensinar, o aprender, como também, sobre o sentido público de uma escola e seu papel na formação daqueles que devem participar criticamente do espaço público. O estagiário vai, assim, desenvolvendo uma autonomia no pensamento e uma criatividade na ação pedagógica, descobrindo e propondo caminhos originais de intervenção pedagógica.

A pesquisa no estágio como método de formação dos estagiários, futuros professores, se traduz pela mobilização de investigações que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam. E também, em especial, na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações que observam. Esse estágio pressupõe outra postura diante do conhecimento, não mais definido *a priori* como verdade capaz de explicar toda e qualquer situação observada, a ponto de conduzir estágios e estagiários a assumir uma proposta de ir às escolas e dizer o que os professores devem fazer. Supõe que se busque novo conhecimento na

relação entre as explicações existentes e os dados novos que a realidade impõe e que são percebidos na postura investigativa (Pimenta & Silva, 2012: 236).

Destaco aqui a apresentação de três (de um total de nove) projetos de pesquisa que começaram a ser desenvolvidos no ano letivo de 2016. A escolha de apenas um terço (1/3) dos projetos se deu exclusivamente em razão do espaço, e ao fazer essa seleção procurei destacar três aspectos do conjunto das pesquisas: um projeto que interrogasse e propusesse um conteúdo de ensino da Filosofia; outro que pensasse a condição docente na escola que temos; e, por fim, um projeto que se propusesse a interrogação sobre a formação dada aos estudantes do Ensino Médio.

O primeiro projeto que destaco tem como título *O ESTUDO DA LÓGICA: um pressuposto para o aprendizado da leitura e da escrita nas aulas de Filosofia do Ensino Médio*. A sua reflexão parte de uma análise crítica daquele “mundo escolar”, fazendo um diagnóstico que vai além de um caráter meramente descritivo, mas que procura apurar o olhar, enxergando o que está por traz do aparente, lançando luz sobre as contradições que fazem parte daquela realidade. Nesse sentido, a estagiária fala da escola, de seus professores, de seus alunos, mas já num primeiro momento percebe que ali é lugar de pensamento, mas também de reprodução de discursos e práticas ideológicas.

O primeiro deles trata de um episódio sexista em que o funcionário do colégio vinculou o predicado “ter força” ao sexo masculino e foi repreendido verbalmente pelo professor(...). Nesse episódio eu observei a importância do professor como educador nos ambientes plurais sem fronteiras físicas que determinem o lugar do qual ele possa transmitir conhecimento, como responsável pela visão de mundo dos que estão próximos a ele enquanto “formador de opinião”. Logo, “a repreensão”, no caso, é um modo de se manter alerta e se colocar em vigília para mitigar práticas que reproduzem preconceitos, incentivando, assim, mudanças de comportamento e de percepção das relações de gênero nos espaços escolares.

Outro episódio digno de nota diz respeito a um evento na escola. Na imagem projetada como cenário para um mesa de debate sobre “Violência de gênero”, o nome da delegada era precedido pelo título “Dra.”, como se esse fosse um pronome de tratamento. Ao questionar esse tratamento - na presença somente da Prof. Dr. Anna (professora de história) -, obtive a resposta de que, “infelizmente, no Brasil, o que é respeitado é a polícia”. Esse momento é relevante para nós, futuros educadores, e nos lembra que o esclarecimento do vigente senso comum de que “Dr.” é um termo utilizado para mostrar respeito e conceder

verbalmente superioridade hierárquica aos profissionais da saúde, da segurança pública e aos advogados é de primeira importância. Além de a atribuição ser inadequada, há também incutido nesse uso um menosprezo pelos profissionais que não atuam nessas áreas citadas e que habitualmente são chamados de “doutor” porque se esse título é utilizado para mostrar respeito, então o que restaria aos demais? (Faculdade de Filosofia: 4-5).

A realidade da escola, como parte da sociedade, é, também ela, cheia de contradições, mas, por ser de outra natureza, pode assumi-las de outro modo. A escola tem uma natureza política, uma responsabilidade pelo mundo coletivo, com a transmissão, o cultivo e a valorização de valores éticos. Nestes dois episódios, o sentido formativo no âmbito escolar ganhou significado para a estagiária.

Na visita à biblioteca do CEPAE, verifiquei que lá havia, em sua maioria, livros didáticos na seção denominada “Filosofia” e só mais alguns pouquíssimos livros sobre filosofia antiga e política. Na seção denominada “Ética/Moral” havia livros variados. Vale ressaltar também que a seção “Psicologia”, logo abaixo dos repartimentos da estante para a filosofia, era mais bem equipada tanto em números quanto em títulos que a da filosofia na qual havia muitos exemplares de mesmo título. Ao considerar que uma biblioteca escolar é voltada a atender e incentivar o interesse das crianças e adolescentes pela leitura, é fácil imaginar que não foi com essa mesma concepção que foram escolhidos os livros do acervo no que tange à filosofia ou que só as temáticas éticas foram vistas como interessantes. Uma biblioteca com tantos livros didáticos distintos seria mais útil ao professor com vistas à verificação de como cada autor trata do assunto do que ao estudante em si. (Faculdade de Filosofia: 5-6).

Nessa construção de uma visão de conjunto da escola, a estagiária procura o lugar da Filosofia e percebe que há uma hierarquia dos saberes. Mesmo ali, numa escola que é um centro de pesquisa, há uma reprodução dos saberes quanto ao seu status e sua utilidade instrumental. Diante dessa situação, a estagiária apresenta uma proposta de investigação filosófica que é também uma proposta didático-pedagógica. Ao analisar o programa de ensino da Filosofia, critica o pouco espaço destinado ao ensino da lógica e defende o seu ensino como forma de introdução aos saberes filosóficos:

Meu problema, em termos amplos, é o do ensino de Lógica enquanto área da Filosofia ser deficitário no Ensino Médio e o que eu tentarei defender é que noções básicas de lógica contribuem significativamente para a redação de textos filosóficos. Assim, um estudante que dominasse as noções de verdade e falsidade problematizadas por essa área e conseguisse reconhecer e construir uma argumentação válida estaria melhor preparado para construir um texto de cunho filosófico coerente em que se atente principalmente à conexão do que está sendo dito. Se na filosofia os teóricos defendem certas concepções de mundo e se valem

para isso de uma argumentação pretensamente bem encadeada, o estudante que conseguir distinguir quando a conclusão se segue ou não das premissas levantadas também terá uma leitura mais criteriosa da literatura primária. (Faculdade de Filosofia: 8-9).

Ao fazer esta proposta didática de ensino da lógica, a estagiária não pensa apenas a sala de aula, mas em todo o processo de formação, o seu sentido, suas finalidades e o lugar que a Filosofia nele ocupa.

O segundo projeto que destaco nesta comunicação tem como título *Professores em tempos sombrios: Hannah Arendt e a perda da autoridade do professor em sala de aula*. Assim como os outros projetos, parte de uma análise diagnóstica da escola, tendo lhe chamado a atenção a diferença no nível de interesse sobre um mesmo conteúdo entre duas turmas de uma mesma série do Ensino Médio (No Cepae cada série possui duas turmas – A e B – justamente para que os pesquisadores possam fazer um quadro comparativo entre elas). Da relação entre professor – aluno – conteúdo, o estagiário chega à sua questão: “como a autoridade do professor se vê ameaçada pelo Projeto *Escola sem Partido?*” O estagiário apresenta as diretrizes do movimento *Escola sem partido*, e põe em questão as possíveis implicações dessa ideologia sobre a profissão docente.

Quais seriam os retrocessos para a formação cidadã dos estudantes, quando a educação, em uma sociedade que se pretende plural e democrática, retira do professor sua autonomia de cátedra - seu conservadorismo -, fundamentado no fato de que ao professor é dada apenas a liberdade de ensinar, mas não de emitir opinião? E, diante de um professor tolhido do direito de expor o pensamento e de alunos que não são encorajados ao exercício da crítica, quais os perigos que podem decorrer para a política, quando, no domínio do espaço público, a comunidade de cidadãos se recusa ao exame da reflexão? (Faculdade de Filosofia: 49-50)

Tomando como fundamentação teórica o pensamento de Hannah Arendt, notadamente a obra *Entre o passado e o futuro*, o estagiário constrói seu problema de investigação. Se o princípio da autoridade do professor é sua responsabilidade pelo mundo, expressada no compromisso em apresentar aos “recém-chegados” um mundo que já existe (Arendt, 2009: 235), como fica a atividade docente diante de um projeto de desautoriza o professor diante da sociedade, que faz dele um mero transmissor de informações “neutras”? Neste

projeto, o estagiário pensa a sala de aula, a atividade profissional docente, com suas escolhas éticas e políticas, e o mundo público, como partes de um mesmo todo, de modo que um não pode ser pensado sem o outro. A ação em cada um deles interfere, necessariamente, nos outros.

É preciso, pois, instigar o pensamento para que possamos repensar esse exercício que tem como objetivo despertar o espírito crítico dos alunos para questões que dizem respeito ao universo ao qual estão inseridos. Portanto, o projeto de pesquisa não se desvincula da prática docente, e, com efeito, a escola-campo se beneficia da pesquisa à medida que a realidade observada no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento da nossa investigação. Desta maneira, o vínculo entre o embasamento teórico e a realidade da escola-campo, incorrerá na constatação, ou não, das hipóteses levantadas e formuladas para perspectivar a investigação que pretendemos levar a cabo no percurso do Estágio. (Faculdade de Filosofia: 52).

E por fim, destaco o trabalho de pesquisa intitulado *Como pensar a formação dos secundaristas em uma sociedade intolerante?* Aqui também o estagiário inicia seu texto pela análise diagnóstica da escola-campo, contudo, sem grande preocupação crítica, sendo, portanto, mais descritivo. Sua preocupação maior é ir direto para a fundamentação teórica. Tomando como referência os textos *Cartas sobre a tolerância*, de Locke, e *Tratado sobre a tolerância*, de Voltaire, o estagiário quer pensar a situação da intolerância que marca a vida social, buscando saber suas causas e como isso chega e é abordado na escola.

De acordo com as atuais Orientações Curriculares Para o Ensino Médio, propõe-se como um dos conteúdos a serem trabalhados as “Éticas do dever, fundamentações da moral, autonomia do sujeito”. Pretendo então, a partir de tal conteúdo, embasar a pesquisa em uma abordagem que discuta as implicações da intolerância à luz de fundamentos da moral e da autonomia do sujeito. Portanto, a pergunta investigativa consistiria em: como pensar a formação dos alunos do ensino médio em uma sociedade intolerante? (Faculdade de Filosofia: 65).

Nessa proposta, o estagiário busca estabelecer uma relação crítica entre a escola e a sociedade, mostrando as continuidades e discontinuidades dos valores sociais, fazendo da sala de aula o lugar em que eles podem ser criticados e ressignificados. A questão central é sobre o sentido da formação no Ensino Médio e como os conteúdos da Filosofia podem participar dessa formação, rompendo com a visão estreita de uma formação voltada para o mercado ou para a empregabilidade. Nesse sentido, o ensino da Filosofia vai ao encontro da

necessidade de formação de um tipo de subjetividade reflexiva, comprometida com um modo de exercer a cidadania, capaz de reconhecer a diversidade como um valor a ser defendido e a democracia como um modo de vida que precisa ser aprimorado.

A escola afirma seu sentido para o presente e o futuro da humanidade, da sociedade e dos indivíduos à medida que se faz *instituição* por excelência da cultura, da formação, do saber vivo, borbulhante, crítico e instituinte, que se impõe como crítica necessária do presente e possibilidade concreta de um futuro diferente, livre do que oprime e desconfigura a humanidade do homem, e impede o surgimento da sociedade autônoma e justa. Na realização do pensamento vivo na sala de aula e em qualquer outro contexto se ensina e se aprende a pensar, se cultiva o pensamento, a imaginação e a sensibilidade, se formam seres racionais, autônomos e livres. (Coelho, 2009: 22)

Os discursos sobre a educação são, muitas vezes, permeados por um excesso de otimismo, depositando nesta prática social a solução para todos os males sociais. Contudo, tais discursos costumam possuir uma lacuna fundamental: o lugar e o sentido da escola como parte do processo de construção da democracia. Neste trabalho procurei mostrar uma pequena parte de um projeto maior de formação de professores de filosofia que procura pensar a escola inserida num processo maior de socialização, em que opções políticas, éticas e epistemológicas ressoam diretamente no fazer pedagógico em sala de aula. Em cada um dos projetos de pesquisa de nossos estagiários esse sentido amplo do que é formação tem ganhado corpo. Cada um deles, ao seu modo, está constituindo uma interrogação, e a partir dela, se inserindo num processo de autoformação e de formação daqueles adolescentes que estão ali, diante deles, nos desafiando, colocando a cada vez novas questões sobre o ensinar e o aprender. Nosso objetivo no estágio não é que cada um de nossos licenciandos encontrem respostas, mas que sejam capazes, autonomamente, de pensar possíveis caminhos para sua prática docente.

Referências

ARENDR, H (2009). **Entre o passado e o futuro**. Perspectiva. São Paulo.

COÊLHO, I. M. (2009). **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. PUC Goiás. Goiânia.

PIMENTA, S. (2012). **Estágio e docência**. Cortez. São Paulo.

RODRIGO, L. M. (2009) **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Autores Associados. Campinas.

FACULDADE DE FILOSOFIA (2016). **Projetos de pesquisa no estágio I**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.